

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes, Colaboradores e Autoridade Monetária: Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da MAF Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("MAF DTVM") e suas controladas, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Criação da MAF DTVM:** A MAF DTVM foi constituída a partir da cisão parcial do Banco Modal S.A. ("Modal") que teve por objetivo segregar a operação de Administração Fiduciária de Fundos Ilíquidos, que já era uma unidade de negócio dentro do Modal, com pessoal dedicado. Em 3 de janeiro de 2020, foi aprovado pelo BACEN o processo de cisão do segmento de Administração Fiduciária de fundos ilíquidos (publicada no DOU em 8 de janeiro de 2020). Em outubro de 2020, foi aprovada pelo BACEN a criação da MAF DTVM, empresa essa que legou esse segmento. Em 27 de outubro de 2020, em comunicado ao mercado, foi anunciada a aquisição do segmento de Administração Fiduciária pelo Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o esforço de venda do segmento. A partir da criação da MAF DTVM em outubro de 2020, iniciamos o processo de obtenção das autorizações junto a CVM, Anbima e BACEN para que pudéssemos atuar como

administradores e custodiantes dos fundos, incluindo representação legal dos investidores não residentes. Esse processo passou por várias etapas que foram sendo cumpridas e, no segundo semestre de 2021 iniciamos o processo de transferência dos fundos e das atividades do Banco Modal e da Modal DTVM para MAF DTVM, processo esse que foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e INRs. Com a conclusão da operação de venda da MAF e suas controladas ao grupo APEX em 31 de agosto de 2022, aprovada pelo BACEN, em Outubro de 2022 a MAF DTVM deixou de ser integrante do conglomerado Prudencial do Banco Modal, e passou a figurar com Instituição Líder de seu próprio conglomerado, que inclui 100% das suas controladas MAM e MAR. **Volume sob administração, gestão e custódia:** A MAF DTVM e suas subsidiárias possui um *Asset Under Administration* (AuM) de aproximadamente R\$51,9 bilhões em fundos estruturados, divididos em 137 fundos. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes e parceiros o apoio, respeito e confiança, pela determinação e comprometimento aos valores do Grupo Apex, que têm sido fundamentais para a obtenção de resultados diferenciados. Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Ativo Circulante		76.685	27.691
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	13	162
Disponibilidades		36.068	17.676
Aplicações de Liquidez Imediata		11.633	-
Títulos e Valores Mobiliários	20	19.690	1.454
Relações de Interdependência		4	-
Outros Créditos	9	1.251	-
Créditos Tributários		4.262	3.082
Valores a Receber - Fundos		2.047	38
Valores a Receber - Investidores Não Residentes		1.564	4.919
Diversos		157	360
Outros Valores e Bens	17	58.577	58.732
Despesas Antecipadas		9.330	4.622
Ativo não circulante		9.330	4.622
Realizável a Longo Prazo		4	9.330
Outros Créditos	9	8.102	3.323
Créditos Tributários		1.228	1.299
Valores a Receber de Sociedades Ligadas		49.247	54.110
Permanente		49.247	54.110
Investimento em Controladas	5	46.543	50.355
Imobilizado de Uso	6	2.256	3.133
Intangível	6	448	622
Total do Ativo		135.262	86.423
Passivo		2022	2021
Passivo Circulante		61.410	27.017
Depósitos		7	29.473
Recursos Disponíveis de Clientes	7	16.690	1.454
Relações de Interdependência	20	8	15.247
Outras Obrigações		1.359	1.760
Fiscais e Previdenciárias		4.246	4.603
Sociais e Estatutárias		1.252	1.320
Diversas		8.390	2.184
Pessoal		6.262	4.059
Passivo não circulante		6.262	4.059
Outras Obrigações		8	6.262
Outras Obrigações - Diversas		6.262	4.059
Valores a Pagar Sociedades Ligadas		6.262	4.059
Patrimônio Líquido	10		
Capital Social		82.076	70.691
Prejuízos Acumulados		(17.486)	(15.344)
Total do Passivo		135.262	86.423

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
2º SEMESTRE DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de intermediação financeira		2.374	3.389	418
Rendas de títulos e valores mobiliários	3	2.374	3.389	418
Rendas de Prestação de Serviços	16	23.711	45.339	15.258
Rendas de Administração e Custódia de Fundos de Investimento		20.740	37.957	9.201
Rendas de outros serviços prestados		2.971	7.382	6.057
Outras receitas/(despesas) operacionais		(19.043)	(53.211)	(25.033)
Despesas de pessoal	12	(25.644)	(52.129)	(10.909)
Outras despesas administrativas	12	(12.613)	(24.685)	(12.955)
Outras Despesas operacionais		(721)	(721)	(10)
Outras Receitas operacionais	19	14.020	14.020	-
Resultado de participações em controladas	5	5.915	10.220	(1.159)
Resultado não operacional		-	557	263
Resultado antes da tributação		7.042	(3.926)	(9.094)
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	(209)	6.030	2.871
Ativo Fiscal Diferido		(209)	6.030	2.871
Participação nos Lucros	15	(2.185)	(2.245)	(4.603)
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício		4.647	(4.142)	(10.826)
Lucro (Prejuízo) por ação em circularização - R\$		71.26045	(41.54911965)	(179.88942)

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
2º SEMESTRE DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do semestre/ (Prejuízo) do exercício		4.647	(2.142)	(10.826)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício		4.647	(2.142)	(10.826)

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2º SEMESTRE DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("MAF"; "MAF DTVM" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada à Praia de Botafogo, 501 - 6º andar, Rio de Janeiro - RJ e tem por objetivo a prestação de serviços de administração de carteiras de valores mobiliários, custódia de valores mobiliários, escrituração e emissão de certificados de valores mobiliários, entre outros. A MAF DTVM foi constituída em 30/05/2019 a partir da Assembleia Geral de Constituição ("AGC") com a cisão parcial de bens do Banco Modal S.A. (Nota 18). Essa transação carecia de aprovação do regulador concedida em 22/10/2020 e, dessa forma, a MAF DTVM iniciou as suas operações em 01/11/2020. Através de suas controladas Modal Asset Management ("MAM") e a Modal Administradora de Recursos ("MAR") a MAF atua na gestão de recursos de terceiros e administração e gestão de fundos de investimentos ilíquidos. Em 27/10/2020, o Banco Modal, antigo controlador da MAM e MAR, emitiu um comunicado ao mercado onde anunciou a aquisição da MAF DTVM pelo Grupo Apex ("Apex"). A MAF DTVM é a sucessora das operações relacionadas aos serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários, Serviços de Custódia e Escrituração, bem como Representação Legal de INRs (Investidores não residentes) e dos fundos estruturados (FIP, FIDCs, FIL e respectivos feeders das estruturas). Em 19 de abril de 2021 foi publicado no DOU o Ato Declaratório 18.667 autorizando a MAF a prestar serviço de Administração de Carteira de Valores Mobiliários, conforme previsto na IN CVM 558, em 27 de maio de 2021, conforme o Ofício nº 362/2021/CVM/SIN/GAIN, foi aprovado o registro de representante de investidor não residente, e em 13/07/2022 tivemos a aprovação final do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (DEBAN) para criação de conta de liquidação no Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB) para prestação de serviços de Custódia. A Instituição e seus controladores, enviamaram seus melhores esforços com grupos dedicados, no processo de migração dos fundos e INRs para MAF DTVM, bem como o monitoramento das entradas e saídas de caixa previstas. Após a obtenção das primeiras autorizações e licenças, em julho de 2021 iniciou-se o processo de transferência dos fundos administrados pelo Modal e Modal DTVM para MAF DTVM e, por consequência, o registro de receita das atividades de administração dos fundos; em agosto de 2021 tivemos o início da migração dos investidores não residentes (INRs) e finalmente em julho de 2022 concluímos o processo que possibilitou a transferência dos serviços de custódia, após a criação da conta de liquidação e credenciamento da MAF no SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). A partir de agosto de 2022 tivemos toda a operação de Administração de Carteira de Valores Mobiliários, Serviços de Custódia e Escrituração e Representação de INRs transferido para MAF DTVM e passamos a operar completamente independentes. Finalmente, com toda a operação transferida para a MAF DTVM em outubro de 2022, registramos na central de cadastro de instituições financeiras do Banco Central (UNICAD), a nossa desvinculação do conglomerado Prudencial do Banco Modal, e registramos a criação de novo conglomerado, com a MAF DTVM como instituição líder, e suas controladas MAM e MAR como participantes. **2. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Instituição. Estas demonstrações financeiras apresentam os valores relativos ao exercício e semestre findos em 31/12/2022, tendo como comparativo o período referente ao final do exercício imediatamente anterior para as informações patrimoniais, e comparativo com o mesmo período do exercício anterior para as demais informações, conforme o Art. 42, incisos I e II, da Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020. A demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN e requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, imposto de renda diferido, bem como da vida útil de certos ativos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: • Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos - (CPC 01 - R1); • Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa - (CPC 03 - R2); • Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas - (CPC 05 - R1); • Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - (CPC 25); • Res. 3.973/11 - eventos subsequentes - (CPC 24); • Res. 3.989/11 - pagamento baseado em ações - (CPC 10 - R1); • Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - (CPC 23); • Res. 4.877/20 - Benefícios a empregados e Resolução BCB nº 59 - Pronunciamento Técnico - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); • Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2); • Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 - R1); • Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27); • Res. 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) e • Res. 3.959/19 - Resultado por ação (CPC 41). Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/03/2023. **a) Resultado das operações:** É apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, reservas livres, aplicações de liquidez imediata e aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 3). Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme prevê a Resolução nº 3.604/08. **c) Títulos e Valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias apresentadas abaixo. (i) Títulos para negociação - aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, os quais são avaliados ao valor de mercado, em contrapartida ao resultado. (ii) Títulos disponíveis para venda - aqueles que não se enquadram nas categorias (i) e (ii), os quais são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado e avaliados pelo valor de mercado, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido; tais títulos são utilizados em sua maioria na gestão do caixa do Banco. Os ganhos e perdas dos títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. (iii) Títulos mantidos até o vencimento - aqueles adquiridos com a intenção de serem mantidos em carteira até o vencimento, os quais são avaliados pela sua taxa intrínseca, em contrapartida ao resultado. **d) Créditos e obrigações tributários diferidos:** Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes das diferenças temporárias geradas pelas provisões de despesas de pessoal a pagar (Provisões de PLR e Bônus de Integração a pagar), bem como do prejuízo fiscal e base negativa e outras adições/exclusões temporárias, foram apurados e registrados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.842/20 e normas vinculadas, levando em consideração as alíquotas de imposto de renda e da contribuição social vigentes e as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram e reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos nessa mesma Resolução, forem atendidos. **e) Investimentos:** Os investimentos em participações de controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio na aquisição de investimentos foi apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa independente, sendo fundamentado na expectativa de rentabilidade futura

e amortizado pelo prazo de quinze anos, conforme laudo preparado no momento de aquisição do investimento tendo em vista a determinação do valor justo pago, bem como testado anualmente para "impairment". Em 28/11/17, o Banco Modal, após aprovação pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), adquiriu a Modal Administradora de Recursos Ltda. ("MAR"), entidade que já fazia parte do Conglomerado Prudencial, por R\$ 69.200, gerando um ágio de R\$ 60.477, apurado com base em laudo de avaliação econômico-financeiro que utilizou o método de fluxo de caixa descontado. A movimentação da MAR para baixo da estrutura societária do Controlador, teve por objetivo dar maior transparência para os agentes de mercado (Autoridade Monetária, agências de rating, clientes e investidores) sobre esse importante segmento do grupo Modal. Ainda associado ao ágio em questão, em 31/12/2018, conforme aprovado em assembleia de sócios, e alinhado com a estratégia da alta administração, a MAR foi cindida em parcela equivalente a 80% do patrimônio líquido, com versão da parcela para a Modal Asset Management (MAM). A cisão, associada a transferência da gestão dos fundos, ocasionou o "split" do ágio originalmente oriundo da aquisição da MAR, que passa a ser associada a MAM. Para suportar a manutenção do ágio da estrutura, foi contratado um laudo de avaliação econômico-financeiro à época. Ao contrário, os fundos geridos pela MAR foram transferidos para MAM e o ágio remanescente da MAR foi realocado para MAM. **f) Imobilizado e intangível:** Imobilizado - demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis e utensílios, máquinas e equipamentos - 10% e sistema de processamento de dados - 20%. Intangível - composto por licenças adquiridas de programas de computador e custos de desenvolvimento de softwares e plataformas de negócio e são amortizados pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados. **g) Redução do valor recuperável - ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, conforme Resolução 3.566/08 do CMN. A Administração da Distribuidora não registrou qualquer redução ao valor recuperável de ativos por não ter identificado indicadores de desvalorização. **h) Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos e ajustados aos valores de realização. **i) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$240. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor. As alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	%
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	15%

Em 01/03/2021, foi publicada a Medida Provisória 1.034/2021 ("MP") que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20% para as sociedades distribuidoras de valores mobiliários e outras sociedades do setor financeiro até o encerramento do exercício em 31/12/2021, retornando para a alíquota de 15% a partir de 01/01/2022. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem da provisão para pagamento de Participações nos Lucros, provisão para pagamento do Bônus de Integração e provisão para pagamento da *Phantom Share*, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, forem atendidos. **j) Contingências:** Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme a Resolução BACEN 3.823/09, que determinou a observância do CPC 25, no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração com o apoio dos consultores jurídicos da Distribuidora e aqueles considerados como provável o risco de perda de ação judicial ou administrativa gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. Em 31/12/2022 e 2021, a Instituição não possui passivos contingentes classificados como provável. A MAF DTVM é parte de processo judicial no montante de R\$ 1.268 na qualidade de administradora e representante do ASA Distressed Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, sendo inserida como parte apenas em razão da sua propriedade fiduciária dos ativos imobiliários do referido fundo. Adicionalmente, a Instituição possui recursos administrativos perante a CVM, no montante de R\$ 600, referente atraso da entrega do Documento 3040. A Administração com o apoio dos seus consultores jurídicos classificou estes litígios como risco de perda possível. **k) Resultado não recorrente:** As avaliações sobre a natureza dos

5. Investimentos em empresas controladas

	Qtde de ações possuídas	Participação %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (2)	Valor contábil dos investimentos	Resultado de participação
Modal Asset Management (MAM) (1)	4.846.982	99,99%	4.847	6.494	(473)	34.942	6.021	-1.682
Modal Adm. de Rec.(MAR) (1)	799.981	99,99%	400	133	523	8.736	656	523
Total 31/12/2021						43.678	6.677	-1.159

	Qtde de ações possuídas	Participação %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (2)	Valor contábil dos investimentos	Resultado de participação
Modal Asset Management (MAM) (1)	4.846.982	99,99%	4.847	(3.979)	10.594	39.646	6.615	6.350
Modal Adm. De Rec.(MAR) (1)	799.981	99,99%	400	656	(373)	-	283	(435)
Total 31/12/2022						39.646	6.897	5.915

	Qtde de ações possuídas	Participação %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (2)	Valor contábil dos investimentos	Resultado de participação
Modal Asset Management (MAM) (1)	4.846.982	99,99%	4.847	(3.979)	10.594	39.646	6.615	10.593
Modal Adm. de Rec.(MAR) (1)	799.981	99,99%	400	(656)	(373)	-	283	(373)
Total 31/12/2022						39.646	6.897	10.220

(1) Investimentos recebidos pela versão de patrimônio do Banco Modal, conforme nota 19.a, incluindo ágio sobre expectativa de rentabilidade futura. A MAM e a MAR têm por objeto a gestão de recursos de terceiros por meio da administração e gestão de fundos de investimento ilíquidos. **(2)** Ágio sobre expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 39.646 (31/12/2021 - R\$ 43.678), líquidos de amortizações que são contabilizadas na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais, que no semestre e exercício findos em 31/12/2022 totalizou R\$ 2.016 e R\$ 4.032, respectivamente (2021 - R\$ 4.032). Não observamos indícios de *impairment* para o ágio, tendo em vista que a operação da MAM possui em 31/12/2022 um total de Ativos sob administração (AuM) de R\$ 16,7 bilhões e lucro líquido sobre o exercício social findo em 31/12/2022 de R\$ 10.593. Durante o 2º semestre de 2022 a MAF DTVM

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2º SEMESTRE DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2021		70.691	(4.517)	66.174
Prejuízo do exercício		-	(10.826)	(10.826)
Saldos em 31/12/2021		70.691	(15.344)	55.348
Aumento de Capital	11	11.385	-	11.385
Prejuízo do exercício		-	(2.142)	(2.142)
Saldos em 31/12/2022		82.076	(17.486)	64.590
Saldos em 30/06/2022		70.691	(22.133)	48.558
Aumento de Capital	11	11.385	-	11.385
Lucro do exercício		-	4.647	4.647
Saldos em 31/12/2022		82.076	(17.486)	64.590

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
2º SEMESTRE DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Imobilizado e Intangível			
	01/01/2021	Depreciação	31/12/2021
Instalações	2.224	(327)	1.897
Sistemas de processamento de dados	645	(57)	588
Móveis e equipamentos de uso	587	(33)	554
Sistemas de comunicação	99	(6)	93
Total do Imobilizado	3.555	(423)	3.133

2º semestre de 2022			
	01/07/2022	Depreciação	31/12/2022
Instalações	1.571	(326)	1.245
Sistemas de processamento de dados	524	(86)	438
Móveis e equipamentos de uso	523	(31)	492
Sistemas de comunicação	87	(5)	82
Total do Imobilizado	2.705	(448)	2.256

2022			
	01/01/2022	Depreciação	31/12/2022
Instalações	1.897	(652)	1.245
Sistemas de processamento de dados	588	(150)	438
Móveis e equipamentos de uso	554	(62)	492
Sistemas de comunicação	92	(10)	82
Total do Imobilizado	3.131	(874)	2.256

2021			
	01/01/2021	Amortização	31/12/2021
Software	787	(165)	622
Total do Intangível	787	(165)	622

2º semestre de 2022			
	01/07/2022	Amortização	31/12/2022
Software	529	(80)	448
Total do Intangível	529	(80)	448

2022			
	01/01/2022	Amortização	31/12/2022
Software	622	(174)	448
Total do Intangível	622	(174)	448

7. Depósitos: Como parte do processo de transferência das atividades do Banco Modal para MAF DTVM, a partir de agosto de 2021 a representação legal de determinados Investidores Não Residentes ("INRs") passou para MAF DTVM e, consequentemente, as contas desses INRs foram transferidas. Juntamente aos saldos dos INRs, estão também os recursos sem movimentação dos fundos administrados, bem como das empresas controladas MAM e MAR. A movimentação dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 é a seguinte:

	01/01/2022	Depósitos	Retiradas	31/12/2022
Investidores não residentes	15.695	2.302.193	(2.288.415)	29.473

	01/01/2021	Depósitos	Retiradas	31/12/2021
Investidores não residentes	-	986.168	(970.473)	15.695

8. Outras Obrigações			
	31/12/2022	31/12/2021	
Outras Obrigações - Curto Prazo			

Fiscais e Previdenciárias (a)	1.359	1.760
Sociais e Estatutárias (b)	4.246	4.603
Diversas	1.252	1.320
Pessoal (c)	8.390	2.184

8. Outras Obrigações - Longo Prazo			
	31/12/2022	31/12/2021	
Valores a pagar sociedades ligadas (d)	6.262	4.059	

a) Fiscais e Previdenciárias: Saldo de impostos e contribuições a recolher em 31/12/2022 no total de R\$ 1.359 (R\$ 1.760 em 31/12/2021). **b) Sociais e Estatutárias:** Saldo composto por R\$ 4.246 (R\$ 4.603 em 31/12/2021), referente a provisão de Participação nos Lucros e Resultados, com pagamento realizado no dia 26/02/2023, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. **c) Pessoal:** Saldo composto por: (i) provisão de pagamento de Bônus de Integração (Liquidação em Março/2023) - R\$ 1.345 (2021 - R\$ 0); (ii) provisão de pagamento de nova parcela programa SOP Phantom Share - R\$ 3.841 mil (2021 - R\$ 0). No dia 26/02/2023 foi realizado o pagamento do programa SOP, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21; (iii) Provisão de Participação nos Lucros e Resultados a pagar para Pessoa Jurídica (liquidação Fevereiro/2023) - R\$ 835 mil (2021 - R\$ 0). No dia 26/02/2023 foi realizado o pagamento da PLR de PJ, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. Provisão de férias R\$ 2.012 mil (2021 - R\$ 1.823 mil); (v) Provisão de banco de horas - R\$ 356 mil (2021 - R\$ 361 mil). **d) Valores a pagar sociedades ligadas:** Valor composto por: (i) R\$ 276 mil de caixa da empresa controlada MAR, utilizado para realização de operação compromissada de 1 dia, lastreadas em títulos públicos federais, com objetivo de rentabilização de caixa (2021 - 0); (ii) R\$ 2.439 mil de caixa da empresa controlada MAM, utilizado para realização de operação compromissada de 1 dia, lastreadas em títulos públicos federais, com objetivo de rentabilização de caixa (2021 - 0); (iii) R\$ 3.546 mil referente a itens adquiridos de imobilizado e intangível da sua controlada MAM, por meio de contrato de cessão de ativos assinado em 01/12/2020, no montante de R\$ 4.860 para pagamento a prazo. O saldo em aberto em 31/12/2021 era de R\$ 4.059.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas nominais da MAF DTVM e os valores registrados nos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, respectivamente, podem ser resumidas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão PLR Empregados	(6.818)	(6.818)	(3.582)	(3.582)
Provisão PLR Administradores	(1.671)	(1.671)	(1.021)	(1.021)
Provisão PLR Administradores Estatutários	(360)	(360)	-	-
Reversão PLR Funcionários	3.582	3.582	-	-
Reversão PLR Diretores	1.021	1.021	-	-
Provisão Bônus Integração Empregados	(603)	(603)	-	-
Provisão Bônus Integração Administradores Estatutários	(124)	(124)	-	-
Total Diferenças Temporárias	(4.973)	(4.973)	(4.603)	(4.603)
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	(1.439)	(746)	(896)	(691)
	31/12/2022	31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

Resultado antes da tributação antes da participação estatutária sobre o lucro Adições				
	31/12/2022	31/12/2021		
Brindes	12	12	20	20
Equivalência Negativa - MAM e MAR	792	792	8.242	8.242
Participação nos lucros - Administradores/Provisão Empregados	4.126	4.246	4.603	4.603
Despesas diversas -Ágio	4.032	4.032	4.032	4.032
Bônus Integração	1.222	1.222	-	-

Exclusões				
	31/12/2022	31/12/2021		
Reversão Pagamento de PLR	(4.540)	(4.758)	-	-
Equivalência Positiva - MAM e MAR	(11.012)	(11.012)	(7.082)	(7.082)
Estoque de Prejuízo no LALUR início 31/12/2021	(4.343)	(4.343)	(461)	(461)
Total 31/12/2022	(17.884)	(17.982)	(4.343)	(4.343)
IRPJ/CSLL diferido sobre prejuízo Fiscal/ Base Negativa	(4.471)	(2.697)	(1.086)	(651)
Total Diferido	(5.910)	(3.443)	(1.981)	(1.342)

Os créditos tributários da MAF DTVM foram apurados conforme mencionado na Nota 2, e estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021	
Outros Créditos - Diversos (Nota 4)			
Ativo Fiscal Diferido			
Sobre prejuízo fiscal e base negativa	7.168	1.737	
Sobre Provisão não Dedutível (i)	2.185	1.586	
Total	9.353	3.323	
Curto Prazo	1.251	-	
Longo Prazo	8.102	3.323	

(i) Diferido constituído sobre a provisão de PLR, Bônus de Integração e programa *Phantom Share* (Nota 12). Resumos abaixo a expectativa de realização do ativo fiscal diferido oriundo de Prejuízo Fiscal e Base Negativa, bem como dos efeitos das Diferenças Temporárias:

	Saldo contábil dos créditos tributários (i)	Valor presente dos créditos tributários (ii)	
2023	1.251	N/A	
2024	(995)	(880)	
2025	(1.677)	(1.325)	
2026	(1.979)	(1.390)	
2027	(2.197)	(1.372)	
2028	(2.426)	(1.340)	
2029	(1.330)	(650)	
Total do ativo fiscal diferido	9.353	6.957	

(i) A Instituição elaborou um estudo de realização dos créditos tributários, incluindo os créditos oriundos de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa, utilizando as projeções de resultados tributáveis para os próximos exercícios e, mesmo não considerando qualquer crescimento com novos clientes ou oferta de novos produtos, que naturalmente devem ocorrer após o início da atuação do novo controlador (vide Nota 1), a realização dos créditos ocorre substancialmente nos próximos dez anos, totalmente aderente aos prazos previstos na legislação vigente. (ii) O valor presente dos créditos foi calculado utilizando as taxas do DI divulgadas pela B3.

	01/01/2021	Constituição/(Reversão)	31/12/2021
Refletido no Resultado			
Relativo a Prejuízo Fiscal e Base negativa	453	1284	1.737
Relativo a Provisão Indedutível	-	1.586	1.586
Total	453	2.870	3.323

	30/06/2022	Constituição/(Reversão)	31/12/2022
Refletido no Resultado			
Relativo a Prejuízo Fiscal e Base negativa	3.565	3.603	7.168
Relativo a Provisão Indedutível	5.997	(3.812)	2.185
Total	9.562	(209)	9.353

	01/01/2022	Constituição/(Reversão)	31/12/2022
Refletido no Resultado			
Relativo a Prejuízo Fiscal e Base negativa	1.737	5.431	7.168
Relativo a Provisão Indedutível	1.586	599	2.185
Total	3.323	6.030	9.353

Conforme descrito nas Notas 1 e 18, com a obtenção das autorizações e licenças junto aos órgãos reguladores, a MAF DTVM é a sucessora das operações relacionadas aos serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários, Serviços de Custódia e Escrituração, bem como Representação Legal dos INRs (Investidores não residentes), de todos os fundos estruturados (FIP, FIDCs, FII e respectivos feeders das estruturas),

que estavam com esses serviços no Banco Modal S.A. ("Modal") e/ou na Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Modal DTVM") e, após o processo de obtenção de todas as licenças que foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia, os fundos e serviços puderam ser transferidos para a MAF DTVM. As principais datas de aprovação ocorreram em 19/04/2021, com a publicação no Diário Oficial da União o Ato Declaratório nº 18.667, autorizando a MAF a prestar serviço de Administração de Carteira de Valores Mobiliários, conforme previsto na Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 558; em 27/05/2021, conforme o Ofício nº 362/2021/CVM/SIN/GAIN foi aprovado o registro de representante de Investidor não Residente; e finalmente em 13/07/2022 tivemos a aprovação final do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (DEBAN) para criação de conta de liquidação no Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB) que possibilitou a transferência da prestação de serviço de custódia do Banco Modal para a MAF DTVM. A transferência dos fundos se iniciou em maio de 2021 e foi totalmente concluído no primeiro semestre de 2022, sendo que a transferência dos serviços de custódia concluído no início do segundo semestre de 2022. A MAF DTVM já opera de maneira autônoma, sendo separada do conglomerado prudencial do Banco Modal e já sendo cadastrada no UNICAD do Banco Central como instituição líder de conglomerado prudencial, que contém somente suas controladas MAM e MAR como participantes. **10. Patrimônio Líquido:** a) **Capital Social:** Em 31/12/2022, o capital social está representado por 65.209 ações, sendo 36.025 ações ordinárias e 29.184 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, totalizando R\$ 75.716 (em dezembro de 2021 - R\$ 70.691). Essa nova estrutura de capital foi aprovada pelo BACEN no dia 17/10/2022 através do Ofício 27010/2022-BCB/Deorf/GTRJA (2021 - R\$ 70.691). Em dezembro de 2022, a MAF DTVM recebeu mais um aumento de capital, que ainda está em processo de aprovação do BACEN. O valor do aumento é de R\$ 6.360. Desta forma, o total do capital social da Instituição (aprovado e em aprovação) é R\$ 82.076 (R\$ 70.691 em 31/12/2021). **b) Direito das ações:** Aos acionistas da MAF DTVM é assegurado um dividendo anual de no mínimo 6% do capital social, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à vista dos balanços semestrais, à conta dos lucros apurados no período. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso de capital, sem o pagamento de prêmio em caso de liquidação do Banco, e direito a dividendo mínimo de R\$ 0,01 por ação. De acordo com o parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser considerado para cômputo do valor dos dividendos mínimos obrigatórios. **c) Reserva legal:** Essa reserva é constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária. Em razão na apuração de lucro líquido nos exercícios findos em 2022 e 2021, não a Reserva Legal não foi constituída. **11. Partes relacionadas:** As operações entre partes relacionadas com a MAF DTVM estão apresentadas da seguinte forma:

	Grau de relação	Prazo	dez/22	dez/21
Ativo				
Disponibilidades				
Banco Modal S.A.	Ligada	Sem prazo	-	157
Títulos e Valores Mobiliários				
CDB 100% CDI - Banco Modal S.A. (2)				
Emissão 07/12/2021	Ligada	21/11/2024	-	701
Emissão 08/12/2021	Ligada	22/11/2024	-	493
Emissão 10/12/2021	Ligada	25/11/2024	-	754
AII 100% CDI Banco Modal S.A. (3)	Ligada	01/07/2022	-	15.728
Outros Créditos (Nota 4)				
Modal Asset Management Ltda.	Controlada	Sem prazo	1.228	1.250
Banco Modal S.A.	Ligada	Sem prazo	-	49
Modal DTVM S.A.	Ligada	Sem prazo	-	4.882
Passivo				
Outras obrigações - Diversas				
Modal Asset Management Ltda. (1)	Controlada	Sem prazo	5.985	3.527
Modal Administradora de Recursos	Controlada	Sem prazo	277	-
Banco Modal S.A.	Ligada	Sem prazo	-	146
Modal DTVM S.A.	Ligada	Sem prazo	-	386

Em outubro de 2022, realizamos via UNICAD do Banco Central a remoção da MAF DTVM e suas controladas MAM e MAR do conglomerado Prudencial do Banco Modal. Criamos um novo conglomerado prudencial no UNICAD, com a MAF DTVM como instituição líder e suas controladas MAM e MAR como participantes. Sendo assim, os saldos em aberto com as empresas Banco Modal e Modal DTVM foram reclassificados para o grupo de contas de valores a receber de clientes. **a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** A cada dois anos, na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") é estabelecida a remuneração máxima mensal para todos os Administradores, conforme determina o Estatuto Social. **b) Participação acionária:** Os membros da Diretoria possuem conjuntamente, direta e indiretamente, 100% das ações ordinárias e preferenciais da MAF DTVM (Nota 10.b). **12. Despesas administrativas:** **a. Despesa de Pessoal:** No segundo semestre de 2022 e exercícios findos em 2022 e 2021, a MAF DTVM registrou as seguintes despesas com pessoal:

	2º Semestre 2022	2022	2021
Remuneração e Benefícios	10.434	20.994	8.515
Encargos Folha	4.768	7.359	2.280
Aviso Prévio - Rescisão	78	193	18
Bonus Retenção	373	640	-
Bônus Integração (b)	1.275	2.277	-
SOP Phantom Share (a)	8.703	20.637	-
Treinamento e Seleção	13	29	96
Total	25.644	52.129	10.909

a) A MAF instituiu um Instrumento Particular de Outorga de *Phantom Share* ("Phantom Share"), com o objetivo de: (i) incentivar a maior integração de associados; (ii) gerar benefícios de longo prazo aos associados; (iii) reter os associados considerados estratégicos para a instituição e; (iv) permitir maior *upside* no caso de valorização patrimonial das ações. O Programa de Opções se dá na modalidade "Phantom Shares", por meio do qual o(a) beneficiário(a) não se torna sócio(a) da MAF DTVM, mas tão somente adquire o direito a receber o montante financeiro correspondente à valorização do valor das ações da MAF DTVM, percebida no período de tempo entre a outorga e seu vencimento, na proporção de sua participação no programa, sem que haja emissão de novas ações e sem qualquer custo de aquisição para o(a) beneficiário(a). O Programa de Opções de 2022, outorgou opções que totalizaram 8,37% do capital social. O *Phantom Share* foi emitido com os participantes em 01/03/2022, com vencimento final em 31/12/2025, utilizando como referência o Patrimônio Líquido inicial da MAF DTVM, quando da efetivação da cisão parcial do Banco Modal e início da operação em outubro de 2020, e estabeleceu determinadas condições para o exercício das opções, sendo uma delas a existência de algum evento de liquidez, como por exemplo venda da companhia, abertura de capital ou entrada de um novo sócio. Com a conclusão da operação de venda da MAF DTVM ao grupo APEX em agosto de 2022, em novembro foram liquidadas partes dos valores referentes ao programa (Earn-out 2021). Em dezembro, constituímos nova provisão de pagamento, referente a parte do "closing" da operação, que operação será liquidada em dinheiro no primeiro semestre de 2023. **b)** O controlador (Apex Group), no melhor interesse da MAF DTVM e seus colaboradores, instituiu um programa de distribuição de um bônus de integração que, alinhado ao programa já existente na Instituição, tem como objetivo principal incentivar a maior integração de colaboradores, gerar benefícios de longo prazo e, principalmente, reter os colaboradores considerados estratégicos para a instituição. O plano prevê um pagamento no fechamento da operação de troca de controle e depois em mais dois momentos, totalizando 18 meses.

	2º Semestre 2022	2022	2021
Despesa com Energia Elétrica	66	139	61
Despesa com Água	9	8	-
Despesas de alugueis	956	1.866	1.313
Despesas de comunicação	66	196	18
Serviços de terceiros	3.867	6.270	1.660
Serviços e Assinaturas Digitais	-	1	1
Despesa com Internet	-	-	33
Despesa com Material	10	13	8
Processamento de dados	1.187	2.628	644
Certificados Digitais	5	107	181
Sistema de Folha de Pagamento	38	76	17
Serviços técnicos e especializados	822	2.110	1.909
Sistema Anti-vírus	5	5	6
Serviços de Hospedagem	459	731	165
Serviço de aluguel de equipamentos	7	7	-
Equipamentos de Informática	-	8	47
Sistema de Controles de Acessos	-	1	2

Luiz Carlos Nimi - Diretor

Priscila Lazarini Guimarães - Diretora

Julio Cesar Pena Gonçalves - CRC: RJ-131623/O-8 - CPF: 142.550.027-70

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021, apresentadas para fins comparativo, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria em 28 de fevereiro de 2022, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com

responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-025.583/O-1**Márcio Romulo Pereira**
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7